



Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Implantação do Centro de Tecnologia e Construção *Offshore*", de responsabilidade da SAIPEM do Brasil, na cidade de Guarujá, em 13 de agosto de 2012.

Realizou-se, no dia 13 de agosto de 2012, às 17 horas, no Auditório Principal da UNAERP – Universidade de Ribeirão Preto, Campus Guarujá, na Avenida D. Pedro I, nº 3.300, Enseada, Guarujá/SP, a audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Implantação do Centro de Tecnologia e Construção *Offshore*", de responsabilidade da SAIPEM do Brasil (Processo 51/2012). Dando início aos trabalhos, Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CONSEMA, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Ubirajara Sampaio de Campos, Subsecretário de Estado da Energia, membro do Conselho Estadual de Petróleo e Gás e ex-membro do CONSEMA; e Hélio Lopes, Secretário do Meio Ambiente de Guarujá –, dos órgãos públicos – na pessoa do Ilustríssimo Senhor Fernando Albuquerque Lins, Diretor de Tecnologia da Informação do Guarujá –, da sociedade civil – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores Pêrsio Azevedo, representante do Clube Internacional de Regatas; Josias Cândido de Oliveira, representante do Lions Clube–Guarujá Sul; Fabrício Gandini, representante do Instituto Mar-a-Mar; Américo dos Santos Neto, representante da Igreja Assembléia de Deus-Ministério Madureira-Guarujá; e Maria Cláudia Kohler, representante do Projeto Albatroz –, do Ministério Público, das entidades ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento "Implantação do Centro de Tecnologia e Construção *Offshore*", de responsabilidade da SAIPEM do Brasil, na cidade de Guarujá, em 13 de agosto de 2012 (Processo 51/2012). Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que dêem as opiniões, formulem indagações, apresentem suas contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para sua melhoria. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, pois sua função é somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre ele/ela. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra àqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam órgãos públicos ou entidades civis, mas que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em seqüência, acrescentou, se manifestam os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal; a seguir, os representantes do CONSEMA e dos COMDEMAS que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, fariam os



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, e que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que só assim poderão manifestar-se acerca das críticas, elogios e sugestões feitos pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham-se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse, e que, portanto, aquele que o desejasse e ainda não houvesse se inscrito, o fizesse. Declarou que se encontrava presente, nesta audiência, um representante da área de licenciamento ambiental da CETESB, a engenheira agrônoma Maria Cristina Poletto, Gerente do Setor de Avaliação de Empreendimentos Industriais e Agroindustriais da Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental da CETESB, a quem convidava para compor a Mesa Diretora dos Trabalhos, que era presidida por ele, Secretário-Executivo Adjunto, e por um membro do CONSEMA, mas que até agora nenhum havia comparecido. Maria Cristina Poletto declarou que representava o Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos da CETESB, onde tramitava o processo do empreendimento que era objeto dessa audiência. Comentou que o mesmo se encontrava na primeira fase do licenciamento, a qual culminava com a elaboração de parecer conclusivo indicando ou negando a viabilidade ambiental do projeto. Acrescentou que esse parecer será encaminhado ao CONSEMA, cujo Plenário avocará ou não para si sua análise. Em caso positivo, observou, esse documento será analisado pelos membros desse Colegiado, os quais corroborarão ou não a indicação que a CETESB nele ofereceria sobre a viabilidade ou inviabilidade do empreendimento. No entanto, se aprovada tal avocação e reconhecida a viabilidade ambiental do empreendimento, o CONSEMA concederá a licença prévia e encaminhará o processo para o Departamento de Avaliação de Empreendimentos da CETESB, com a finalidade de que seja dada continuação ao licenciamento. Lembrou que as e sugestões e posicionamentos apresentados durante a audiência serão igualmente analisados pela equipe de técnicos da CETESB, e, no caso de serem aceitos, seriam incorporados ao parecer. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da equipe responsável pela elaboração do EIA/RIMA. O engenheiro civil **Ricardo Van Hombeek**, Gerente de Negócios da SAIPEM do Brasil Serviços de Petróleo Ltda., e o economista e geógrafo **José Roberto dos Santos**, Diretor da Geobrasilis: Consultoria, Planejamento, Meio Ambiente e Geoprocessamento Ltda., apresentaram, respectivamente histórico do projeto, sua finalidade e embasamento legal, e os principais resultados exibidos pelos estudos elaborados sobre os meios físico, antrópico, biótico, geológico e antropológico. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. **Pérsio Azevedo**, membro do conselho diretor do Clube Internacional de Regatas, destacou a superficialidade dos estudos relativamente à compensação ambiental, e questionou se o projeto contemplava a estrutura física do Clube no contexto dessa mesma compensação. Enumerou as mais significativas atividades desempenhadas pelo Clube que representa, mormente na seara social, assim como alguns dos variados eventos promovidos pela instituição. Destacou, ao final, a necessidade de que no mínimo 90% da mão-de-obra que demandar o empreendimento seja arrebanhada entre os próprios municípios. **Josias Cândido de Oliveira**, representante do Lions Clube–Guarujá Sul, confessou, em nome da entidade que representa, sentir-se honrado com a implantação do Centro de Tecnologia no Município, prevendo ainda que o empreendimento trará muitos benefícios ao Guarujá. Traçando em linhas gerais o escopo do Lions Clube, essencialmente voltado ao assistencialismo, enumerou sucintamente os principais programas desenvolvidos em sua sede guarujaense. Manifestou interesse em registrar o posicionamento do Lions no que tange a quaisquer consultas a que vier a se submeter o projeto, em seus diversos aspectos e abordagens, e reiterou o imperativo de que seja



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

utilizada, em todas as fases do projeto, 90% de mão-de-obra proveniente do próprio Município. **Fabício Gandini**, representante do Instituto Mar-a-Mar e membro do COMDEMA local, propôs, considerando sua experiência no gerenciamento costeiro, fosse considerada pela Prefeitura Municipal, mediante, por exemplo, procedimento semelhante a uma concorrência pública, a possibilidade de implantação de outros empreendimentos, diversos deste que se discute e mais benéficos de um modo geral ao Município. Declarou que o procedimento licitatório em tela apresentava vícios, e pôs em destaque o fato de que o projeto tomou sua forma final sem que se buscasse, nada obstante o Guarujá não contar com lei específica versando sobre impacto de vizinhança, prever mecanismos que evitassem impactos ao sistema viário municipal. Enfatizou a necessidade de se conduzir com toda a cautela necessária o procedimento licitatório, de modo a evitar entre outros a discussão do tema no plano do Judiciário e mesmo a intervenção do Ministério Público no empreendimento. Denunciou a respeito a falta de transparência do licenciamento da obra, e cogitou seu questionamento em aspectos específicos. Detalhou a natureza de determinadas divergências quanto ao zoneamento ecológico-econômico da área, conforme considerado, que em sua avaliação pareciam configurar vícios procedimentais. Alertou para o fato de que o Município de Santos, diretamente envolvido no objeto do procedimento licitatório, não participou diretamente da discussão acerca das orientações a serem adotadas, e queixou-se da excessiva celeridade do procedimento. Declarou ao final que firmaria formalmente seu posicionamento junto à CETESB. **Américo dos Santos Neto**, representante da Igreja Assembléia de Deus do Guarujá, comunidade que reúne cerca de mil e trezentas pessoas e que tem sua sede em local próximo ao empreendimento. Indagou em que termos se dará a parceria proposta entre empreendedores, SENAI e a Escola 1º de Maio, em que ministra aulas das disciplinas química e meio ambiente. Requereu ainda fosse melhor esmiuçada a questão referente aos impactos previstos quanto à sua lesividade – 91% classificados na categoria de baixo impacto e os restantes 9% como médio e alto impactos. **Maria Cláudia Kohler**, representante do Projeto Albatroz, reiterou manifestação precedente no sentido de que saltava aos olhos a reduzida participação do Município de Santos no que tangia à discussão acerca do projeto. Ressaltou os impactos que a obra produzirá sobre a atividade pesqueira e o trânsito de veículos da região, não apenas no Guarujá mas também em Santos. Protestou quanto ao ritmo exacerbadamente célere que o projeto adotou, e manifestou sua preocupação de modo particular com os impactos diretos do empreendimento. Passou-se à etapa em que se manifestam aqueles que, sem representar órgão ou entidade quaisquer, fazem uso da palavra em seu próprio e exclusivo nome. **Márcio Saraiva Valdívia**, morador do Município de Santos e funcionário da Fundação Instituto de Administração da USP, além de associado do Clube Internacional de Regatas, que, segundo ele, desenvolve, como desenvolveu em anos recentes, iniciativas sociais junto à comunidade em que se insere, Santa Cruz dos Navegantes. Suscitou questionamentos acerca da vocação, sob o ponto de vista do zoneamento, da área destinada à implantação do empreendimento, e perquiriu: 1º) Quais os impactos que se antecipa, por exemplo, sobre os corpos d'água, face ao recuo previsto na linha de costa, e que cenários foram considerados nesse estudo; 2º) Ainda sobre os impactos, indagou de que modo e em que medida será alterada a hidrodinâmica do sistema sedimentar local, incluindo o Rio Icanhaema e o Rio do Meio, e os efeitos sobre a população local; 3º) Como se dará o acostamento dos navios, se por empurramento ou a contrabordo, questão essa que diz respeito diretamente às estruturas de dragagem; 4º) Quais os riscos do empreendimento, considerado em sua totalidade, para a poluição das adjacências. **José Carlos Rodrigues de Souza**, cidadão guarujaense, parabenizou a Prefeitura, os empreendedores pelo projeto, assim como a CETESB enquanto órgão licenciador.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Alertou para a necessidade de se voltar a atenção para as dimensões da área de atracagem face à futura demanda do empreendimento, e sublinhou a esse respeito aspectos da logística da obra. Indicou, com suporte nas imagens projetadas pelo *datashow*, os pontos críticos do projeto. **Lúcia Maria da Silva Lia**, arquiteta e urbanista, ponderou relevante a discussão acerca dos aspectos urbanísticos e paisagísticos do empreendimento, evidenciando em particular o aspecto visual que assumirá a Ponta da Praia. Rogério do Amaral Silva Carvalho, velejador, enfatizou a importância crescente que o Município vem assumindo no âmbito do circuito regional de vela, e o papel fundamental da Escola Internacional nesse contexto. Ponderou a interferência do projeto no regime de ventos, posto que os navios atracados interferirão, com seus motores, no desempenho dos barcos a vela. Observou que se olvidou dos problemas decorrentes da proximidade entre a Ponta da Praia e a área do empreendimento, e colocou em destaque a questão do ruído sonoro, que, noutras ocasiões, por conta de outros empreendimentos, já se mostrara uma questão de difícil equacionamento. Ponderou ainda os riscos de acidentes derivados da dificultosa operação dos navios, haja vista os estreitamentos do canal, do aumento da poluição do ar e de possíveis contaminações das águas do mar. Preconizou sérias consequências para a economia do país na eventualidade de um acidente naval, e exortou a que se refletisse mais detidamente sobre os aspectos problemáticos da obra. **José Roberto dos Passos**, morador de Vila Lígia, declarou considerar o projeto em discussão benéfico para o Município, carente de grandes empreendimentos. Argumentou que a população guarujaense até então dependia essencialmente das vagas de emprego oferecidas na cidade de Santos, mas que esse cenário começava a se modificar, com a fixação de grandes empresas no Guarujá. Ressalvou entretanto que se preocupava com as atividades de jateamento e com a poeira por ele produzida, e que, com os frequentes ventos sul e sudeste, atingirá o local onde estão atracadas as lanchas, razão pela qual entendia necessárias medidas no sentido de evitar-se o problema. Sugeriu que o atracamento dos navios se desse em local específico, e teceu elogios à iniciativa do empreendedor de conveniar-se com o SENAI e o Colégio 1º de Maio, com vistas ao fornecimento de mão-de-obra para o empreendimento. Reiterou seus elogios ao Centro de Tecnologia da SAIPEM, e chamou a atenção para questões técnicas pendentes de solução nas áreas correspondentes a Vila Lígia e Rio do Meio. Passou-se à etapa em que se manifestam representantes de órgão públicos. **Fernando Albuquerque Lins**, Diretor de Tecnologia da Informação do Guarujá, declarou haver acompanhado detidamente o projeto em toda sua fase de formulação e consolidação, destacadamente no que dizia respeito ao desenvolvimento das tecnologias adotadas, e formulou alguns questionamentos. Indagou por primeiro se era previsto um planejamento da demanda de recursos técnicos a partir da instalação do Centro. Requereu maiores informações acerca da política de responsabilidade social da SAIPEM, e perquiriu se houve de fato um adequado trabalho de levantamento, junto às comunidades pertencentes às áreas diretamente afetadas pela obra, a exemplo de Santa Cruz dos Navegantes e Barra Grande, de suas necessidades essenciais e das questões atinentes ao seu melhor atendimento. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. Ubirajara Sampaio de Campos, Subsecretário de Energia e do Conselho Estadual de Petróleo e Gás, declarou que há mais ou menos dois anos o Governo do Estado vem-se preparando através de um conjunto de ações para efetivamente implantar a cadeia de petróleo e gás no Estado de São Paulo. Explicou também que, em decorrência dos investimentos e das possibilidades que o pré-sal descortinou e ainda descortina, o Governo do Estado resolveu criar o Conselho Estadual de Petróleo e Gás para dar suporte ao desenvolvimento de vários trabalhos em conjunto ou com a sociedade paulista ou com os municípios litorâneos. E a finalidade última desses trabalhos, comentou, é mobilizar e criar condições para que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

essa cadeia de petróleo, principalmente a indústria de fornecedores de equipamentos, se sinta atraída e se instale no Estado. Referiu que, mesmo se tratando de uma indústria de cuja expertise se tem pouco conhecimento, por ser relativamente nova no Brasil e, mais nova ainda, no Estado de São Paulo, sua vinda constitui inquestionavelmente a oportunidade para que o conhecimento tecnológico sobre essa nova atividade econômica se transforme em fonte de receita para o Estado e, em particular, para a Baixada Santista. Nesse contexto, acrescentou, a Saipem se torna um símbolo ou um marco para o Estado, pois é o primeiro fornecedor e prestador de serviços da cadeia de petróleo e gás que ainda não atuava aqui, uma vez que o Estado não produz petróleo. Reiterou que, neste momento, essa indústria para aqui se desloca, enfim, inicia suas atividades em São Paulo, e esta audiência pública constitui o momento de a comunidade local se expressar, fazer seus questionamentos e, eventualmente, propor ajustes nesse empreendimento, dos quais nenhum projeto prescinde. Argumentou que, como propõe o Governo do Estado, não se deve perder a dimensão de que se trata de oportunidade única para a Baixada Santista de contar com outra atividade além da portuária, e, portanto de agregar valores, riqueza, conhecimento e, principalmente, emprego. Lembrou que, embora o Município de Guarujá tenha usufruído por muitos anos a imagem de balneário mais sofisticado do Estado, grande local de lazer praiano, ultimamente – o que, obviamente, não é culpa nem demérito de ninguém – sua realidade se transformou bastante e ele passou a ser reconhecido como o Município que recebeu o maior afluxo de migrantes nos últimos anos, em decorrência das atividades de lazer, e se apresenta com alto índice de desemprego e de criminalidade e com um *déficit* habitacional muito grande. Referiu que esse tipo de empreendimento cabe no Porto de Santos, por se tratar de uma atividade muito adequada para sua realidade, porque agrega valores, riquezas e uma cadeia de prestadores de serviços muito interessante, cuja instalação interessa ao Estado. Lembrou que se vivencia o falso dilema entre não ocupar ou ocupar as áreas de forma a não degradá-las, mas tem de se ter presente uma nova perspectiva de desenvolvimento, qual seja, a de agregar riqueza, emprego e benefícios econômicos. Referiu que a Saipem está vinculada a uma cadeia muito forte e profissionalizada que dispõe de muita tecnologia e possui suas responsabilidades, motivo por que tem de se dispensar a ela um olhar mais amplo, sem abrir mão das questões locais. E o empreendedor, observou, tem-se mostrado muito responsável, o que é muito importante. Vamos ter juízo, clareza e nos colocar de maneira proativa nesse processo. Élio Lopes, Secretário de Meio Ambiente de Guarujá, apresentou breve histórico sobre a implantação da Saipem no Município, cujo passo mais remoto foi a criação, pelo Governo Federal e através de decreto, do Complexo Industrial Naval do Guarujá–CING, com a restrição de não serem poluentes as atividades navais a serem aí desenvolvidas, como é o caso da Saipem. Relatou que vários empresários tentaram implantar suas empresas, entre outras um pátio de *containers*, que, em pleno funcionamento, previa a passagem pelo centro do Guarujá de um caminhão a cada minuto, motivo que fez esse projeto ser descartado pela Secretaria de Meio Ambiente. Outro empreendimento que igualmente se tentou implantar foi considerado de alto risco e igualmente descartado porque transformava aquela região praticamente em uma Ilha Barnabé, com a instalação de vinte e cinco tanques de combustível e perfuração do morro em uma extensão de praticamente 6 km. Outro obstáculo à implantação do CING é a inexistência de perimetral que dispense o atravessamento da cidade. Teceu considerações sobre o lado negativo de um movimento que impede o desenvolvimento, ao qual deu o nome de bairrismo, e enfatizou que a legislação ambiental do Município do Guarujá é muito avançada, na medida em que admite que se lance mão da legislação estadual e federal e até mesmo da ABNT. Calçada nessa possibilidade, observou, se tenta atualmente tornar viável a implantação de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

empreendimentos no espaço do CING, cujo acesso se dê pela Perimetral de Santos, que pode ser atravessada por uma quantidade mínima de caminhão em horários em que praticamente não existe movimentação de barcos, e que, caso venha a ocorrer, outra alternativa deve ser buscada. Advertiu que outro problema a ser contornado com a melhor tecnologia disponível diz respeito ao sistema de ventilação local exaustora, com filtros de tecido, precipitador eletrostático, enfim, equipamentos que possuem 99,999 de eficiência, porque o ruído que produzirá não é suficiente para causar incômodo à população. Afirmou que navegabilidade é competência da Capitania dos Portos da Marinha do Brasil, que, provavelmente, foi consultada pela Saipem, e que, evidentemente, se surgirem condições desfavoráveis a suma plena implementação, como é o caso do assoreamento, tem de se fazer dragagem de manutenção, que dispensa licenciamento. Teceu comentários sobre a produção de poeira no Porto de Santos, que atinge também o Guarujá e se deve ao descarregamento dos grãos – em seis meses praticamente 15,5 milhões de toneladas, aproximadamente 2 mil e 500 toneladas por hora – despejados no porto. Enfatizou que o problema da poeira só pode ser minimizado com o controle da poluição na região portuária e com a adoção de ações preventivas pela Prefeitura, que, embora não licencie, tem o poder de veto, ou seja, de impedir a implantação – e, caso abra mão desse poder, cabe à CETESB proceder o licenciamento. Passou-se à etapa das réplicas. Ricardo von Hombeeck, gerente de Negócios da Saipem do Brasil, dirimiu as dúvidas e ofereceu esclarecimentos solicitados. Entre outros que, no âmbito do processo de licenciamento ambiental, foi elaborado estudo hidrodinâmico da região com base em modelo matemático, o qual ofereceu subsídios suficientes para que a Saipem decidisse promover uma redução do corte, que passou a ser da ordem de 30 metros, insuficiente, portanto, para causar desbarrancamento da região. Enfatizou que, caso esse tipo de problema venha acontecer no futuro, significará que esses estudos não refletem a realidade, e eles serão corrigidos. No que concerne à segurança da navegação, afirmou que ela vem sendo discutida com os órgãos ambientais e também com outros órgãos como a CODESP, a Capitania dos Portos, à Praticagem etc. Declarou que a Praticagem ofereceu informações sobre todas as operações navais da Saipem e, igualmente, sobre seus navios, que, em decorrência de suas características relacionadas com o posicionamento dinâmico, têm de manter a posição no mar indispensável à instalação dos dutos. Salientou que eles se acostam sozinhos, dispensando o apoio de barco. Referiu que o cais frontal é o principal e que o outro não é destinado ao acostamento dos navios, sendo sua função tão somente proteger o talude. Referiu que se pode colocar na região um barco de apoio, tipo rebocador, sempre respeitando a área em que o proprietário do terreno pode avançar no canal. Portanto, acrescentou, não haverá barcos estacionados nessa região nem, conseqüentemente, problemas de acesso, e que as estruturas que serão colocadas dificilmente afetarão os ventos. Referiu que o programa social é voltado para a criação de empregos – este será o mais caro – e de processo de capacitação e aprimoramento da mão de obra existente no Município. Declarou que igualmente a empresa apoiará projetos sociais, como, por exemplo, junto com a comunidade de Nossa Senhora dos Navegantes. Reputou como inverídica a informação de que o estudo ambiental não envolveu o Município de Santos, pois, por exemplo, no tocante aos ruídos, foram analisadas as fontes de emissão que se localizam nesse Município e outros aspectos relacionados com sua comunidade. Informou ter-se reunido pelo menos quatro vezes com os técnicos dos órgãos desse Município e o mesmo número de vezes com os técnicos da CET. Outro aspecto para o qual chamou atenção dizia respeito ao sistema de balsas do Guarujá da qual a população se beneficia. Relatou as observações que fez durante o percurso que de balsa, entre as quais sobre o perfil das pessoas que moram em Guarujá e trabalham em Santos e daquelas que fazem percurso



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

contrário, ou seja, moram em Santos e trabalham no Guarujá. Enfatizou ser esta uma das demandas da realidade que o empreendimento terá de responder. Comentou que outro dado importante são as universidades que funcionam em Santos com as quais pretende firmar convênios que se voltem para o aperfeiçoamento dos jovens estudantes, até mesmo num esforço de romper as diferenças sociais que distinguem a comunidade de Santos daquela que vive no Guarujá. José Roberto dos Santos agradeceu as contribuições oferecidas e informou que foram realizadas quinze reuniões no período entre os meses de março e de abril, e mais treze desde o mês de maio até julho até o presente momento. Informou que essas reuniões foram feitas com as associações comerciais e de engenheiros dos dois Municípios, com o propósito de captar todas as contribuições. Enfatizou que não crê no fracasso do empreendimento porque o considera muito bom e que as relações que seus dirigentes estabelecem com a população é muito transparente e clara. Passou a palavra à Diretora-Presidente da Hidromares e oceanógrafa Adriene, para dirimir as dúvidas relacionadas com a hidrodinâmica. Esta especialista comentou que, desde que saiu da universidade, faz modelagem numérica e a que elaborou para Saipem do Brasil foi criteriosa e contou com o apoio do professor-titular do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, professor Belmiro Mendes de Castro Filho. Referiu que parte do estudo da modelagem foi verificar a alteração da hidrodinâmica e do transporte de sedimentos, ou seja, o balanço de sedimento que ocorreria devido ao corte do terreno e ao aprofundamento da área próxima a este corte. Informou que foram considerados cerca de oito cenários de todo o sistema estuarino de São Vicente, Santos e Bertioga, e que os resultados mostraram pouca alteração na hidrodinâmica local – em torno de 1,6%. Colocou-se à disposição para dirimir qualquer dúvida mais técnica. Eduardo Murguel, outro técnico que faz parte da equipe que elaborou os estudos, informou que tinha formação em engenharia ambiental, era professor, dava consultoria sobre acústica ambiental e trabalhava há mais de 25 anos com essa tecnologia. Relatou que inicialmente se preocupou com o ruído que a operação do empreendimento produziria, principalmente considerando a atividade de desembarque pela balsa que ocorrerá ao longo da madrugada, e o incômodo que pode causar na vizinhança. Relacionou as medidas que seriam adotadas para minimizar esse ruído, ou seja, torná-lo menos intenso do que os outros que concomitantemente são produzidos no ambiente, a ponto de aquele não ser mais audível e não ser causador de problema ambiental. Por enquanto, observou, trata-se de teoria, e, caso não seja comprovada na prática, será implementado programa de monitoramento que contempla campanha de medições, as quais serão verificadas pelos técnicos da CETESB, para confirmar e oficializar os valores que constam do EIA e que servirão de valores-referência. Arrematou que, caso esses dados não sejam alcançados, se lançará mão de outras medidas. Quanto ao ruído das balsas, explicou, também foram feitas medições sonoras durante a travessia Santos-Guarujá, tanto no embarcadouro como sobre a balsa em todo o seu percurso. Comentou que a preocupação era compreensível, mas que todos deveriam estar tranquilos em relação a este aspecto. José Roberto dos Santos informou ainda que, como não foram previstos nem identificados impactos na sede do Clube de Regata, tem a dizer que a empresa possui uma equipe de responsabilidade social em outros lugares do Mundo onde se instalou e publica anualmente relatório de parcerias e de ações realizadas conjuntamente com a sociedade. Informou que, juntamente com a equipe da CETESB, foi elaborado estudo específico sobre estrutura da cabine, jateamento da pintura e sobre o material que será confinado. Ricardo von Hombeek ofereceu informações sobre o processo de capacitação que vem sendo discutido há três meses com o SENAI e com a Escola Primeiro de Maio. Em relação à primeira instituição, informou ter-se decidido que o processo de capacitação seria feito onde ela se encontra implantada, como, por exemplo, em Cubatão, e que a Primeiro de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Maio é que fará a seleção e o transporte. Outro aspecto é que foram realizados dois processos de licenciamento, e que, em relação ao último, toda a documentação foi encaminhada dentro do prazo contratual e legal. Informou ainda que ela ficou disponível mais do que o tempo necessário para que fosse analisado pela comunidade. Maria Cristina Poletto, Gerente do Setor de Avaliação de Empreendimentos Industriais e Agroindustriais da Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental da CETESB, informou que a audiência pública é parte do processo de avaliação de impacto ambiental. Informou também que o EIA/RIMA foi protocolado na CETESB e está sendo analisado pelos seus técnicos e que as contribuições oferecidas durante a audiência pública subsidiarão sua análise. Declarou que a discussão foi muito boa e contribuirá para que essa equipe de técnicos, à sua luz, faça uma revisão de modo a identificar se os aspectos por ela levantados estão sendo ou não contemplados pela avaliação. Declarou ainda que a equipe solicitava e recebia contribuição de outros setores da CETESB e que as dúvidas que surgirem ao longo da análise serão objeto de pedido de complementação, caso se faça necessário. Informou ainda que o Estudo de Impacto de Vizinhança é necessariamente apresentado à Prefeitura e comparado com o EIA/RIMA, pois faz parte da avaliação do impacto sobre o meio antrópico. E, com relação às manifestações das Prefeituras, acrescentou que elas são imprescindíveis, segundo resolução do CONAMA, no processo de avaliação. Informou que o IBAMA havia-se manifestado, delegando ao Estado a competência de avaliar e licenciar esse empreendimento. Lembrou que a compatibilidade do empreendimento com o zoneamento municipal ecológico e econômico é verificada no processo de implantação do empreendimento bem como sua compatibilidade com a legislação vigente na região. Agradeceu todas as contribuições oferecidas, porque no estudo ambiental, muitas vezes, não aparece toda a preocupação da população e a audiência pública tem esse objetivo. Depois de constatar e informar que todas as etapas da audiência haviam sido cumpridas, o Secretário-Executivo do CONSEMA, Germano Seara Filho, esclareceu que todo e qualquer interessado teria o prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data desta audiência, para enviar contribuições ou sugestões que tenham por finalidade o aperfeiçoamento do projeto. Acrescentou que tais contribuições deveriam ser encaminhadas ou pelo correio eletrônico, por meio do endereço consema.sp@ambiente.sp.gov.br, ou através dos Correios ou, ainda, serem protocoladas diretamente na Secretaria Executiva do CONSEMA. Agradeceu, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos da audiência pública. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.